

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	54
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	2.272.771	2.223.660	2.174.423
1.01	Ativo Circulante	267.650	226.115	221.887
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.859	8.671	8.899
1.01.02	Aplicações Financeiras	25.274	0	16.830
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	25.274	0	16.830
1.01.03	Contas a Receber	22.781	23.454	23.206
1.01.03.01	Clientes	22.781	23.454	23.206
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	22.781	23.454	23.206
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.627	8.686	7.512
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.627	8.686	7.512
1.01.07	Despesas Antecipadas	430	1.386	1.101
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	202.679	183.918	164.339
1.01.08.03	Outros	202.679	183.918	164.339
1.01.08.03.01	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	192.220	176.449	163.739
1.01.08.03.02	Outros créditos	10.459	7.469	600
1.02	Ativo Não Circulante	2.005.121	1.997.545	1.952.536
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.003.850	1.996.004	1.950.764
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	71.156	63.632	59.066
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.932.694	1.932.372	1.891.698
1.02.01.10.03	Outros Créditos	0	10.794	11.604
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	9	87	136
1.02.01.10.09	Concessão do serviço público (ativo do contrato)	1.919.968	1.920.166	1.879.958
1.02.01.10.10	Tributos a recuperar	3.740	1.325	0
1.02.01.10.11	Instrumentos financeiros derivativos	8.977	0	0
1.02.03	Imobilizado	441	536	641
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	441	536	641
1.02.04	Intangível	830	1.005	1.131
1.02.04.01	Intangíveis	830	1.005	1.131

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	2.272.771	2.223.660	2.174.423
2.01	Passivo Circulante	149.431	138.533	136.559
2.01.02	Fornecedores	6.105	15.903	14.618
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.105	15.903	14.618
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.611	3.527	3.445
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.611	3.527	3.445
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.611	3.527	3.445
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	94.210	87.888	83.184
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979	14.979
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979	14.979
2.01.04.02	Debêntures	79.231	72.909	68.205
2.01.05	Outras Obrigações	46.505	31.215	35.312
2.01.05.02	Outros	46.505	31.215	35.312
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.032	18.483	29.809
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	1.706	2.274	1.438
2.01.05.02.05	Encargos de dívidas	796	739	782
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	6.351	0	0
2.01.05.02.07	Benefícios pós-emprego	1	0	0
2.01.05.02.08	Outras passivos	11.619	9.719	3.283
2.02	Passivo Não Circulante	1.022.960	984.292	1.021.336
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	504.890	477.383	535.692
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	191.179	117.338	132.318
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	191.179	117.338	132.318
2.02.01.02	Debêntures	313.711	360.045	403.374
2.02.02	Outras Obrigações	204.226	207.515	201.987
2.02.02.02	Outros	204.226	207.515	201.987
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	195.399	193.940	189.042
2.02.02.02.05	Fornecedores	7.320	12.551	11.821

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	1.087	849	0
2.02.02.02.07	Benefícios pós-emprego	2	0	0
2.02.02.02.08	Outros passivos	418	175	1.124
2.02.03	Tributos Diferidos	300.947	281.758	261.671
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	300.947	281.758	261.671
2.02.04	Provisões	12.897	17.636	21.986
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.897	17.636	21.986
2.03	Patrimônio Líquido	1.100.380	1.100.835	1.016.528
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	48.921	82.934	48.865
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	34.055	0
2.03.02.07	Reservas de capital	48.921	48.879	48.865
2.03.04	Reservas de Lucros	384.448	350.888	300.650
2.03.04.01	Reserva Legal	34.092	31.112	29.166
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.324	48.292	29.809
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	52.112	52.112	52.112
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	215.856	186.047
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	8.064	3.516	3.516
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	192.164	215.987	171.238
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-52.613	-86.945	-39.251
3.03	Resultado Bruto	139.551	129.042	131.987
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.470	-27.561	10.516
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.803	-27.299	10.516
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	386	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-53	-262	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.081	101.481	142.503
3.06	Resultado Financeiro	-46.619	-42.482	-47.636
3.06.01	Receitas Financeiras	8.892	6.140	6.824
3.06.02	Despesas Financeiras	-55.511	-48.622	-54.460
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	80.462	58.999	94.867
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.870	-20.087	-32.111
3.08.01	Corrente	-1.680	0	-1
3.08.02	Diferido	-19.190	-20.087	-32.110
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.592	38.912	62.756
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.592	38.912	62.756
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,09	0,06	0,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	59.592	38.912	62.756
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.590	38.912	62.756

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	132.139	78.425	118.535
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.019	-70.011	-47.447
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	59.592	38.912	62.756
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.870	20.087	32.111
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	1.441	4.895	420
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-133.958	-175.564	-156.911
6.01.01.05	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas	47.291	43.212	47.129
6.01.01.06	(Reversões) provisões para contingências	-4.360	-4.951	-36.763
6.01.01.07	Amortização e depreciação	517	1.140	151
6.01.01.08	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	1.734	3.055	0
6.01.01.09	Receita das margens da obrigação de performance da construção	-12.743	-811	3.660
6.01.01.10	Marcação a Mercado de dívida	-445	0	0
6.01.01.11	Programa de remuneração variável (ILP)	42	14	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	152.158	148.436	165.982
6.01.02.01	Diminuição (aumento) de tributos a recuperar	644	-2.499	-4.398
6.01.02.02	Diminuição de concessionárias e permissionárias	170.432	156.156	153.947
6.01.02.03	Diminuição (aumento) de despesas antecipadas	956	-285	-430
6.01.02.05	Diminuição de depósitos judiciais	78	49	-10
6.01.02.06	Aumento de outros créditos	-2.990	-6.868	-14.594
6.01.02.07	(Diminuição) de fornecedores	-15.029	-5.026	23.120
6.01.02.09	Aumento de impostos e contribuições sociais	2.052	275	-3.103
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-4.631	-190	-3.182
6.01.02.12	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-1.168	-308	-742
6.01.02.14	(Diminuição) aumento de Encargos do Consumidor	-330	3.123	0
6.01.02.15	Aumento de outras contas a pagar	2.144	4.009	15.374
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-54.476	-11.492	-18.908
6.02.06	Adições Intangível e imobilizado	-67	-100	-1.417
6.02.07	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-24.658	17.569	-9.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.08	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-29.751	-28.961	-7.538
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-75.475	-67.161	-98.255
6.03.07	Novos empréstimos e financiamentos e debentures	86.000	0	0
6.03.08	Pagamento dividendos	-18.483	0	0
6.03.09	Pagamento de empréstimos e debentures - principal	-91.240	-85.629	-81.156
6.03.10	Pagamento de empréstimos e debêntures - juros	-15.071	-15.587	-17.099
6.03.11	Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos	-2.626	0	0
6.03.12	Recursos destinados a aumento de capital	-34.055	34.055	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.188	-228	1.372
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.671	8.899	7.527
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.859	8.671	8.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.879	384.943	0	0	1.100.835
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.879	384.943	0	0	1.100.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	42	-34.055	-26.032	0	-60.045
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-26.032	0	-26.032
5.04.08	Programa de Remuneração Variável- ILP	0	42	0	0	0	42
5.04.09	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	-34.055	0	0	-34.055
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	59.592	-2	59.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	59.592	0	59.592
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2	-2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	33.560	-33.560	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	2.980	-2.980	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda/ reinvestimento)	0	0	4.548	-4.548	0	0
5.06.06	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	26.032	-26.032	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.921	384.448	0	-2	1.100.380

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14	63.864	-18.483	0	45.395
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-18.483	0	-18.483
5.04.08	Programa de remuneração variável- ILP	0	14	0	0	0	14
5.04.09	Reversão para Reserva especial de dividendos conf. AGOE 24/04/2024	0	0	29.809	0	0	29.809
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	34.055	0	0	34.055
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.912	0	38.912
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.912	0	38.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.429	-20.429	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.946	-1.946	0	0
5.06.05	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	18.483	-18.483	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.879	384.943	0	0	1.100.835

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.756	0	62.756
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.756	0	62.756
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.947	-62.756	0	-29.809
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.138	-3.138	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	0	-29.809	0	-29.809
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	29.809	-29.809	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	219.207	242.966	195.621
7.01.02	Outras Receitas	219.207	242.966	195.621
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-50.064	-103.674	-22.493
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.672	-69.283	-47.974
7.02.04	Outros	-38.392	-34.391	25.481
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-38.392	-34.391	25.481
7.03	Valor Adicionado Bruto	169.143	139.292	173.128
7.04	Retenções	-517	-1.141	-151
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-517	-1.141	-151
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.626	138.151	172.977
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.326	6.439	7.157
7.06.02	Receitas Financeiras	9.326	6.439	7.157
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	177.952	144.590	180.134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	177.952	144.590	180.134
7.08.01	Pessoal	9.914	5.415	2.900
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.425	4.728	2.533
7.08.01.02	Benefícios	842	413	207
7.08.01.03	F.G.T.S.	647	274	160
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	51.615	49.276	59.284
7.08.02.01	Federais	51.561	49.276	59.050
7.08.02.02	Estaduais	53	0	234
7.08.02.03	Municipais	1	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	56.831	50.987	55.194
7.08.03.01	Juros	55.511	48.622	54.460
7.08.03.02	Aluguéis	1.320	2.365	734
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.592	38.912	62.756
7.08.04.02	Dividendos	26.032	18.483	29.809
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.560	20.429	32.947

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

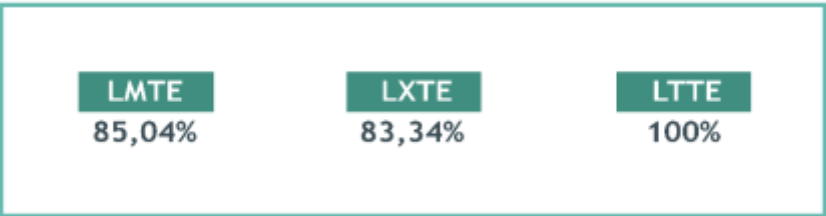
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini



Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 25-26 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	171,7 ^(a)	24,7	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 25/26, líquidos de PIS/COFINS e consideram as receitas adicionais de R\$ 2,4 milhões com base na REA nº 11.996/22 e R\$ 7,7 milhões com base na REA nº 13.314/23, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	9,3	23,4	- 60,3	50,3	39,7	+ 26,6
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	(0,9)	(2,2)	- 59,9	(4,7)	(3,7)	+ 24,8
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(5,2)	0,3	-	7,5	0,8	+ 887,4
Receita de operação e manutenção	3,6	3,3	+ 10,6	13,7	12,8	+ 7,4
Receita de remuneração do ativo de contrato	15,1	62,1	- 75,6	134,0	175,6	- 23,7
Outras receitas operacionais	5,4	5,0	+ 8,7	19,7	20,8	- 5,0
Total da receita bruta	27,4	92,1	- 70,3	220,6	246,0	- 10,3
Deduções da receita	(4,5)	(10,4)	- 56,8	(28,4)	(30,0)	- 5,3
Receita operacional líquida	22,9	81,7	- 72,0	192,2	216,0	- 11,0
PMSO	(3,4)	(23,8)	- 85,9	(27,2)	(78,8)	- 65,5
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	2,6	(0,4)	-	3,0	1,5	+ 103,3
Custo de construção	(3,2)	(21,3)	- 85,1	(40,4)	(36,0)	+ 12,1
Amortização / Depreciação	(0,1)	(0,9)	- 90,5	(0,5)	(1,1)	- 54,7
Resultado financeiro	(12,2)	(10,6)	+ 15,2	(46,6)	(42,5)	+ 9,7
Contribuição social e imposto de renda	(0,0)	(8,4)	- 99,4	(20,9)	(20,1)	+ 3,9
Lucro líquido	6,6	16,2	- 59,2	59,6	38,9	+ 53,1
EBITDA	18,9	36,1	- 47,5	127,6	102,6	+ 24,3
Margem EBITDA (%)	82,8	44,2	+ 38,6 p.p.	66,4	47,5	+ 18,9 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 22,9 milhões no 4T25, uma redução de R\$ 58,8 milhões em comparação ao 4T24 em função dos seguintes eventos:

- (i) Redução da remuneração do ativo de contrato ocasionada pela variação do IPCA e menores amortizações ocorridas no 4T25;
- (ii) Redução da receita de construção ocasionada pela entrada em operação do Reforço de Oriximiná.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 3,4 milhões no 4T25 redução de R\$ 20,5 milhões na comparação com o 4T24 devido:

- (i) Redução de gastos em melhorias de pequeno porte e menores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (-R\$ 4,5 milhões) no 4T25, em comparação com 4T24;
- (ii) Redução de gastos ocasionados pela internalização das atividades de O&M (-R\$ 14,3 milhões).

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 3,0 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (i) Aumento das reversões de contingências ocorridas no 4T25 (-R\$ 1,7 milhão);
- (ii) Redução da PECLD constituída entre os períodos comparados (-R\$ 1,3 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção reduziu R\$ 18,1 milhões no 4T25 em comparação com o 4T24 devido a entrada em operação do Reforço de Oriximiná.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 18,9 milhões no 4T25, redução de R\$ 17,2 milhões do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12,2 milhões no 4T25, ocasionando um aumento de R\$ 1,6 milhões na comparação com 4T24, devido ao aumento dos encargos de dívida, ocasionado pelo aumento da dívida após captação de empréstimo 4131 e pelo efeito líquido das amortizações e oscilações da TJLP.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 6,6 milhões no 4T25, redução de R\$ 9,6 milhões na comparação 4T24, em função dos eventos descritos acima.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Total da receita bruta	53,1	49,2	+ 8,0	205,0	193,1	+ 6,2
Deduções da receita	(6,9)	(6,5)	+ 6,7	(27,0)	(25,1)	+ 7,2
Receita operacional líquida	46,3	42,8	+ 8,2	178,0	168,0	+ 6,0
PMSO	(2,6)	(15,3)	- 83,3	(26,6)	(55,9)	- 52,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	2,6	(0,4)	-	3,0	1,5	+ 103,3
Amortização / Depreciação	(11,6)	(11,6)	+ 0,0	(46,3)	(46,3)	+ 0,0
Resultado financeiro	(12,2)	(10,6)	+ 15,2	(46,6)	(42,5)	+ 9,7
Contribuição social e imposto de renda	(5,4)	(1,7)	+ 222,4	(14,4)	(8,4)	+ 70,8
Lucro líquido	17,1	3,1	+ 446,1	47,0	16,3	+ 188,7
EBITDA Regulatório	46,3	27,0	+ 71,5	154,4	113,5	+ 36,0
Margem EBITDA (%)	100,2	63,2	+ 37,0 p.p.	86,7	67,6	+ 19,1 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida regulatória: No 4T25, a LMTE apresentou uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 46,3 milhões, R\$ 3,5 milhões maior do que o registrado no 4T24 devido aos seguintes eventos:

- (i) Reajuste tarifário para o ciclo 2025 – 2026 conforme Resolução Homologatória nº 3.481 da ANEEL;
- (ii) Entrada em operação do Reforço REA 14.314 de 2023 (+R\$ 1,1 milhão);
- (iii) Menor volume de descontos relacionados a Parcela de ajuste (PA) NO 4T25, (+R\$ 0,1 milhão).

PMSO: a linha de PMSO alcançou R\$ 2,6 milhões, uma redução de R\$ 12,7 milhões no 4T25 em comparação com o 4T24 em consequência da internalização das atividades O&M ocasionando um efeito líquido nas rubricas de serviços de terceiros e pessoal, em (-R\$ 11,0 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demais despesas operacionais: No 4T25, a rubrica teve uma redução na despesa em R\$ 3,1 milhões. Essa redução foi ocasionada principalmente pelos seguintes eventos:

- (i) Aumento das reversões de contingências ocorridas no 4T25 (-R\$ 1,7 milhões);
- (ii) Redução da PECLD constituída entre os períodos comparados (-R\$ 1,3 milhão).

Amortização e Depreciação: No 4T25, as despesas de amortização e depreciação alcançou R\$ 11,6 milhões, em linha com o 4T24.

EBITDA: o EBITDA Regulatório alcançou R\$ 46,3 milhões no 4T25, aumento de R\$ 19,3 milhões acima do registrado no 4T24, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Resultado Financeiro: as despesas financeiras líquidas totalizaram R\$ 12,2 milhões no 4T25, ocasionando um aumento de R\$ 1,6 milhão na comparação com 4T24, devido ao aumento dos encargos de dívida, ocasionado pelo aumento da dívida após captação de empréstimo 4131 e pelo efeito líquido das amortizações e oscilações da TJLP.

Lucro líquido: No 4T25, a Companhia apresentou lucro de R\$ 17,1 milhões, R\$ 14,0 milhões maior do que o lucro apresentado no 4T24.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 107,3 milhões em dezembro de 2025, frente aos R\$ 132,6 milhões registrados em setembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a dívida líquida foi de R\$ 490,0 milhões, contra R\$ 499,5 milhões em setembro de 2025.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
Circulante	101,4	99,7	91,5
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	79,2	78,6	75,8
Encargos de dívidas	0,8	0,8	0,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	6,4	5,3	-
Não Circulante	495,9	532,3	447,4
Empréstimos e financiamentos	191,2	192,0	109,8
Debêntures	313,7	345,3	337,5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(9,0)	(5,0)	-
Total das dívidas	597,3	632,0	538,8
(-) Disponibilidades financeiras	107,3	132,6	71,5
Total das dívidas líquidas	490,0	499,5	467,4

4. ASPECTO SOCIOAMBIENTAL

4.1 Gestão de pessoas, Saúde e Segurança

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Colaboradores	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Liderança	-	7,0	7,0	0,00%	-	6,0	6,0	0,00%
Não Liderança	6,0	31,0	37,0	16,22%	6,0	31,0	37,0	16,22%
Total	6,0	38,0	+ 44,0	13,64%	6,0	37,0	+ 43,0	13,95%

A tabela a seguir compara a quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

N° membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	-	4,0	4,0	-	-	4,0	4,0	-
Conselho de Administração	1,0	5,0	6,0	16,67%	1,0	5,0	6,0	16,67%
Total	1,0	9,0	10,0	10,00%	1,0	9,0	10,0	10,00%

A tabela a seguir, apresenta a média salarial dos colaboradores da Companhia, segmentada por gênero:

Remuneração Anual (Média R\$) ¹	2024		2025	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Liderança	-	355.441,7	-	420.287,4
Não Liderança	77.948,2	79.223,9	85.000,6	88.193,3

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

5.1 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$26,0 milhões, equivalentes a R\$ 0,039028345 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I – Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II – Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III – Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV – Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V – Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI – Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

Notas Explicativas

VII – Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481, de 15 de julho de 2025, estabeleceu a Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+5,32%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Ciclo 2025-2026	Ciclo 2024-2025
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	152.969	91	3	7.711	2.427	824	164.025	155.740

1.2.2 Aquisição 4º transformador (TR4)

A SE Macapá 230/69 kV possui capacidade instalada total de 450 MVA, composta originalmente por três transformadores de 150 MVA cada, conforme previsto no Contrato de Concessão nº 09/2008. Em decorrência do incidente ocorrido no sistema elétrico do Estado do Amapá, foi determinada pela Agência Reguladora a necessidade de instalação de um quarto transformador (“TR4”) na referida subestação, com o objetivo de reforço da confiabilidade do sistema.

Após o restabelecimento pleno da capacidade original da concessão, o TR4 foi incluído pelo Ministério de Minas e Energia (MME) no Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTE), com indicação expressa para seu reconhecimento como reserva sistêmica, bem como para a correspondente remuneração. À época, conforme disposto no artigo 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.996/2022, a Receita Anual Permitida (“RAP”) associada ao TR4 possuía caráter temporário, motivo pelo qual a Companhia procedeu à amortização segregada dos investimentos realizados.

Posteriormente, com a emissão da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.481 pela ANEEL, em 15 de julho de 2025, a RAP do TR4 deixou de possuir natureza temporária, passando a integrar a RAP da concessão pelo prazo remanescente de 35 anos, com efeitos no ciclo tarifário subsequente à vigência da referida resolução. Dessa forma, o ativo passou a compor de maneira permanente a base remunerada da concessão.

Diante desse novo arcabouço regulatório, a Companhia reavaliou o tratamento contábil anteriormente adotado para os investimentos realizados no TR4, considerando, principalmente: (i) a garantia regulatória de manutenção da RAP até o término da concessão; e (ii) a aderência do referido investimento aos critérios de reconhecimento previstos nas normas contábeis aplicáveis aos contratos de concessão de serviços públicos.

Como resultado dessa reavaliação, a Companhia concluiu que os investimentos relacionados ao TR4 atendem aos requisitos para reconhecimento como ativo de contrato de concessão, devendo, portanto, ser tratados no escopo do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Nesse contexto, em 31 de julho de 2025, a Companhia procedeu ao registro da capitalização dos investimentos no ativo de contrato, totalizando o montante de R\$ 22.481.

Adicionalmente, considerando a alteração relevante nas premissas regulatórias que fundamentaram a avaliação anterior de recuperabilidade, bem como a expectativa de geração de fluxos de caixa futuros suportados por RAP

Notas Explicativas

regulada e homologada pela ANEEL até o final da concessão, a Companhia concluiu pela reversão parcial da perda por impairment previamente reconhecida. Assim, em consonância com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, em 31 de outubro de 2025 foi registrada a reversão do impairment no montante de R\$ 5.288.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº6 – Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD;
- II. Nota explicativa nº8 – Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- III. Nota explicativa nº10 – Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- IV. Nota explicativa nº15 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: estimativa de perda em processos judiciais;
- V. Nota explicativa nº22 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo;
- VI. Nota explicativa nº23 – Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Concessionárias e permissionárias – refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de concessionárias e permissionárias de curto prazo utilizando matriz de perda baseada em histórico de inadimplência, ajustada por informações atuais e projeções futuras, quando aplicável.

Para fins de avaliação da recuperabilidade dos créditos, a Companhia utiliza informações disponíveis sobre os agentes devedores, tendo como principal referência os relatórios de casos especiais divulgados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que consolidam dados relacionados à inadimplência no âmbito do segmento de transmissão. Adicionalmente, a análise contempla o envelhecimento dos saldos a receber, com especial atenção aos créditos com vencimento superior a 360 dias, os quais são objeto de avaliação individualizada, em consonância com a metodologia de perdas esperadas adotada pela Companhia.

Parcela dos saldos provisionados refere-se a Avisos de Créditos Complementares (AVCs complementares), associados a encargos rescisórios previstos nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), conforme regulamentação da ANEEL.

c. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

d. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa imposto de renda e contribuição social corrente – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos são contabilizados no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, hipótese em que o tributo diferido é igualmente reconhecido no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

No que se refere aos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, como há segurança razoável de que as condições estabelecidas na legislação para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado do exercício e os montantes correspondentes são destinados à Reserva de Incentivos Fiscais no patrimônio líquido, na qual são mantidos até sua eventual capitalização ou absorção de prejuízos, observadas as restrições legais aplicáveis.

e. Ativo de contrato de concessão – corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Notas Explicativas

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

f. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

g. Receita Operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
- **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano;
- **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
- **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

h. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado

Notas Explicativas

ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas

Classificação e Mensuração	
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Notas Explicativas

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

i. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a resolução CVM 199/2024 e CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos nas demonstrações financeiras.
--	--

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos são constituídos, principalmente, por caixa, depósitos bancários a vista e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 87,0% do CDI.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	7.858	8.671
Operações compromissadas	3.001	-
Total de caixa e equivalentes de caixa – circulante	10.859	8.671

Notas Explicativas

5.2 Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	71.156	46.813
Fundos de investimentos exclusivos		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	13	-
Compromissadas	1.901	-
Fundo Multimercado	2.797	-
Fundo de Renda Fixa	13.393	-
Letra Financeira (LFT)	3.101	-
Letra Financeira (LF)	2.968	-
Nota de Crédito	36	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	479	-
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	570	-
Recursos Vinculados	-	16.819
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	96.430	63.632
Circulante	25.274	-
Não Circulante	71.156	63.632

⁽¹⁾ Inclui R\$71.156 (R\$63.632 em 2024) referente a garantia de debêntures.

A rentabilidade média ponderada da carteira em 2025 equivale a 98,4% (96,4% em 2024) do CDI.

6. Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
Concessionárias e Permissionárias	27.570	26.350
Concessionárias e Permissionárias – partes relacionadas	-	159
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PECLD ⁽¹⁾	(4.789)	(3.055)
Total – circulante	22.781	23.454

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

Segue demonstração do saldo por idade de vencimento:

	2025	2024
A vencer	16.996	16.115
Vencidos até 90 dias	2.669	1.362
Vencidos até 180 dias	1.175	1.065
Vencidos até 360 dias	971	1.618
Há mais de 360 dias	5.759	6.349
Total – circulante	27.570	26.509

Os vencimentos são programados em até 30 dias após a data de emissão das faturas.

Notas Explicativas

7. Tributos à recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	7.316	7.032
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	1.425	2.275
Contribuições ao PIS e a COFINS	315	289
Outros	311	415
Total	9.367	10.011
Circulante	5.627	8.686
Não circulante	3.740	1.325

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A, que detém 85,04% do capital total.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar	Saldos a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾
Energisa Soluções S/A ⁽²⁾	(842)	-	-	(434)	-	-
Energisa S/A ⁽³⁾	(2.210)	(967)	-	(456)	-	-
Energisa Sul Sudeste – Distribuição de Energia S/A	-	(19)	725	(2)	-	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A	-	8	495	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A	-	(40)	1.855	(8)	-	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	-	(1)	421	(1)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A	-	(124)	1.132	(14)	-	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	-	(339)	802	(20)	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	-	(153)	223	(14)	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A	-	2	691	(1)	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	-	(3)	332	-	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	-	(24)	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	-	1	-	-	-	-
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	-	1	-	-	-	-
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	-	2	-	-	-	-
Companhia de Gás do Espírito Santo – Es Gás	-	1	-	-	-	-
2025	(3.052)	(1.652)	6.676	(951)	-	-
2024	(21.026)	(1.767)	5.593	(552)	159	(34.055)

(1) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

(2) Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

(3) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** – refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e **Serviços de informática e licenciamento de softwares** – contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições

Notas Explicativas

vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

- (4) Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.
- (5) Em 2025, a Administração da companhia respaldada em sua análise de fluxo de caixa, optou em contratar empréstimo e, com isso, efetuou a restituição dos valores referentes ao AFAC ao acionista.

Remuneração dos administradores:

Nos exercícios 2025 e 2024, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

9. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

	2025	2024
Ativo		
Prejuízos fiscais	28.318	30.282
Base negativa da contribuição social	10.195	10.911
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	4.635	5.360
Contribuição social	1.669	1.929
Total – ativo não circulante	44.817	48.482
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(254.238)	(242.824)
Contribuição social	(91.526)	(87.416)
Total – passivo não circulante	(345.764)	(330.240)
Total líquido – passivo não circulante	(300.947)	(281.758)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	113.274	38.513	121.155	41.193
Outras provisões	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa – PPECLD	4.789	1.628	3.055	1.039
Provisões para contingências judiciais e administrativas	3.005	1.022	7.744	2.633
Outras diferenças temporárias	124	42	17	5
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(1.013.883)	(344.720)	(971.294)	(330.240)
Marcação a mercado – derivativos	(2.626)	(893)	-	-
Marcação a mercado – dívida	(445)	(151)	-	-
Total líquido – passivo não circulante	(885.139)	(300.947)	(828.700)	(281.758)

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Exercícios	Total
2026	4.065
2027	5.697
2028	8.568
2029	7.526
2030	9.144
2031 a 2033	8.255
Após 2033	1.562
Total	44.817

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	80.462	58.999
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
	(27.357)	(20.060)
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais nominais		
Ajustes:		
Incentivo fiscal – Redução 75% IRPJ e adicionais e Depósito para reinvestimento (SUDAM) ⁽¹⁾	4.548	-
Incentivo fiscal – Outros ⁽²⁾	207	-
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(21)	(5)
Outros ajustes	1.753	(22)
Imposto de renda e contribuição social	(20.870)	(20.087)
Alíquota efetiva	25,94%	34,05%

⁽¹⁾ A companhia possui direito ao benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ e adicionais para o exercício de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027 através do laudo Constitutivo nº 0069/2018 – Reconhecido pelo ADE RFB 135/2019.

⁽²⁾ Inclui outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47/IFRS 15.

A Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá e LT 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual ⁽²⁾	171.704

Notas Explicativas

- (1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.
- (2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.481 de 15 de julho de 2025 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2025-2026, reajustando a RAP pelo IPCA em 5,32%.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2025	2024
Saldos iniciais	2.096.615	2.043.697
Receita de remuneração do ativo de contrato	133.958	175.564
Margem da obrigação de performance de construção	7.455	811
Receita de operação e manutenção	13.743	12.797
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(4.653)	(3.670)
Receita de construção da infraestrutura	50.306	39.672
Recebimento de RAP	(185.236)	(172.256)
Saldos Finais	2.112.188	2.096.615
Circulante	192.220	176.449
Não Circulante	1.919.968	1.920.166

11. Fornecedores

	2025	2024
Materiais	37	662
Serviços	13.388	27.792
Total (1)	13.425	28.454
Circulante	6.105	15.903
Não Circulante	7.320	12.551

(1) Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2025
Moeda Nacional							
Pré Fixado	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Total moeda nacional	133.056	-	(14.980)	(9.507)	9.424	-	117.993
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	86.000	-	(1.183)	4.589	-	89.406
Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	(445)	(445)
Total em moeda estrangeira	-	86.000	-	(1.183)	4.589	(445)	88.961
Total	133.056	86.000	(14.980)	(10.690)	14.013	(445)	206.954
Circulante	15.718						15.775
Não circulante	117.338						191.179

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Saldos em 2024
Moeda Nacional					

Notas Explicativas

Pré Fixado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Total moeda nacional	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Circulante	15.761				15.718
Não circulante	132.318				117.338

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros) (3)	(Taxa efetiva de Swao) (%a.a.) (2)	Garantias (1)	Covenants (5)
	2025	2024								
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	117.993	133.056	PRÉ + 10.00%	-	out/33	Mensal a partir de abr/22	10,00%	-	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	117.993	133.056								
BOCOM BBM - LOAN N° 58871	89.406	-	USD + 3.54%	CDI + 0,73	set/27	final	7,60%	15,05%	A	N/A
Marcação à Mercado de Dívida (4)	(445)	-								
Total em Moeda estrangeira	88.961	-								
Total	206.954	133.056								

- (1) A= Aval Energisa S/A; R = Recebíveis e S = Seguro;
- (2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº22;
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge de valor justo ou pela designação como Fair Value Option (vide nota explicativa nº22);

Condições de covenants

- (5) O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
CDI	14,32%	10,88%

Vencimentos:

Em 31 de dezembro de 2025, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
--	------

Notas Explicativas

2027	103.800
2028	14.979
2029	14.979
2030	14.979
Após 2030	42.442
Total	191.179

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2025
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	438.687	(76.260)	(4.381)	39.647	397.693
(-) Custo com captação	(5.733)	-	-	982	(4.751)
Total ao custo amortizado	432.954	(76.260)	(4.381)	40.629	392.942
Circulante	72.909				72.931
Não circulante	360.045				313.711

	Saldos em 2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Saldos em 2024
Moeda Nacional					
Pós Fixado					
TJLP	478.295	(70.649)	(4.757)	35.798	438.687
(-) Custo com captação	(6.716)	-	-	983	(5.733)
Total moeda nacional	471.579	(70.649)	(4.757)	36.781	432.954
Circulante	68.205				72.909
Não circulante	403.374				360.045

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias
	2025	2024							
Debentures 1ª Emissão	397.693	438.687	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 6.00%	out/30	Semestral a partir de out/22	7,08%	SG
(-) Custos de captação	(4.751)	(5.733)							
Total	392.942	432.954							

- (1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas – Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$71.156 em 2025 (R\$63.632 em 2024).
- (2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de dezembro de 2025, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	78.387
2028	78.387
2029	78.387
2030	78.550
Total	313.711

Notas Explicativas

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debentures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
TJLP	8,67%	6,19%

14. Impostos e contribuições sociais

	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	135	440
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	196.997	195.454
Encargos Sociais	361	517
Imposto Sobre Serviços – ISS	190	169
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	327	345
Outros	-	542
Total	198.010	197.467
Circulante	2.611	3.527
Não circulante	195.399	193.940

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP – Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldos iniciais	205	2.346	5.679	2.531	6.875	17.636	21.986
Provisões e reversões líquidas	9	(916)	-	(2.113)	(1.340)	(4.360)	(4.951)
Pagamentos realizados	(15)	(1.049)	-	-	(104)	(1.168)	(308)
Atualização	26	(150)	795	-	118	789	909

Notas Explicativas

Saldos finais	225	231	6.474	418	5.549	12.897	17.636
---------------	-----	-----	-------	-----	-------	--------	--------

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de Parcela variável à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldos iniciais	-	294.718	6.240	5.214	306.172	201.308
Novos processos	-	86	-	-	86	104.691
Mudanças de prognóstico	8	(81.502)	-	353	(81.141)	6.726
Encerramento de processos	-	(38.250)	(1.870)	(2.617)	(42.737)	(17.076)
Atualização	1	8.646	829	131	9.607	10.523
Saldos finais	9	183.698	5.199	3.081	191.987	306.172

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Principais processos:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2025	2024
----------	--------------	--------	------	------

Notas Explicativas

1008725-07.2020.4.01.3100	Criminal	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas ao apagão, teve o prognóstico alterado de possível para remoto. Em abril_25 foi proferida decisão para o arquivamento da ação. Processo encerrado sem ônus para	-	78.571
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).	78.567	112.288
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre à interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	103.898	100.000

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

16. Patrimônio Líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 2024) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA	99.753.209
	667.013.209

16.2 Reserva de Capital

Inclui a implementação do Programa Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$56 (R\$14 em 2024).

16.3 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)

Notas Explicativas

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Norte, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 204/2018 – Ato Declaratório Executivo nº 134 – DRF/CBA de 19 de novembro de 2019, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de produção ou operação de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros – reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou R\$4.548 de redução de imposto de renda e adicionais.

16.5 Reserva especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva é de R\$215.856 (R\$215.856 em 2024), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 24 de abril de 2024, a AGO/E aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024, no montante de R\$29.809, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.6 Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de reserva de retenção de lucros no exercício foi de R\$52.112 (R\$52.112 em 2024) e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

16.7 Reserva de lucros – orçamento de capital

O montante destinado para a reserva de orçamento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$26.032 (R\$18.483 em 2024), que foram retidos com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

16.8 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	59.592	38.912
Reserva legal – 5%	(2.980)	(1.946)

Notas Explicativas

	2025	2024
Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(4.548)	-
Lucro líquido ajustado	52.064	36.966
Dividendos obrigatórios (50%)	26.032	18.483
Reservas de lucros	26.032	18.483
Total	26.032	18.483
% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	50%	50%

16.9 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefícios pós emprego líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras.

Segue movimentação nos exercícios:

	2025
Saldo em 2024 e 2023	-
Ganho e perda atuarial – líquidos de tributos	(2)
Saldo em 2025 e 2024	(2)

17. Receita operacional

Descrição	2025	2024
Receita de construção da infraestrutura	50.306	39.672
Receita de remuneração do ativo de contrato	133.958	175.564
Margens da obrigação de performance de construção	7.455	811
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(4.653)	(3.670)
Receita de operação e manutenção	13.743	12.797
Outras receitas	19.746	20.847
Total de receita operacional bruta	220.555	246.021
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.382)	(3.181)
PIS diferido	(257)	(873)
COFINS corrente	(15.578)	(14.651)
COFINS diferido	(1.184)	(4.022)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(7.402)	(6.741)
Taxa de fiscalização	(588)	(566)
Total da Deduções da receita	(28.391)	(30.034)
Receita operacional líquida	192.164	215.987

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço		Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Operação	Prestado a terceiros		2025	2024
Pessoal e administradores	10.130	-	1.436	11.566	6.224
Entidade de previdência privada	206	-	35	241	126

Notas Explicativas

Material	2.440	-	837	3.277	13.137
Serviço de terceiros	(1.054)	-	9.438	8.384	54.070
Amortização e depreciação	180	-	337	517	1.142
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	1.734	1.734	3.055
Provisões para riscos	-	-	(4.360)	(4.360)	(4.773)
Custo de construção	-	40.365	-	40.365	36.002
Outros	346	-	3.346	3.692	5.261
Total	12.248	40.365	12.803	65.416	114.244

19. Receitas e Despesas financeiras

	2025	2024
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	8.140	5.305
Tributos sobre Receita Financeira	(434)	(299)
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.073	989
Outras receitas financeiras	113	145
Total receitas financeiras	8.892	6.140
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(16.022)	(16.457)
Encargos de dívidas - variação monetária	(38.620)	(31.111)
Marcação a mercado de dívidas	445	-
Marcação a mercado de derivativos	(445)	-
Atualização de contingências	(789)	(909)
Outras despesas financeiras	(80)	(145)
Total despesas financeiras	(55.511)	(48.622)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(46.619)	(42.482)

20. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	59.592	38.912
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$^(*)	0,09	0,06

(*) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/veículo	2	1

Notas Explicativas

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	4
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2026	90.000	13	11
Riscos Operacionais	30/06/2026	200.000	733	2.770
Riscos de Engenharia (RE)	01/03/2026	68.800	438	-
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	6.109	17	7
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	1	2
Transporte nacional	30/07/2026	Até 5.000/viagem	1	2
			1.209	2.797

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	10.859	10.859	8.671	8.671
Concessionárias e Permissionárias	2	22.781	22.781	23.454	23.454
		33.640	33.640	32.125	32.125
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	96.430	96.430	63.632	63.632
Instrumentos financeiros derivativos	2	8.977	8.977	-	-
		105.407	105.407	63.632	63.632

	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivo					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	13.425	13.425	28.454	28.454
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	510.935	510.935	566.010	566.010
		524.360	524.360	594.464	594.464
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	6.351	6.351	-	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	88.961	88.961	-	-
		95.312	95.312	-	-

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser

Notas Explicativas

desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2025, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2025, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Em 2025, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$445 e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Gerenciamento dos riscos

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	599.896	566.010
Caixa equivalentes de caixa	(10.859)	(8.671)
Dívida líquida	589.037	557.339
Patrimônio líquido	1.100.380	1.100.835
Índice de endividamento – líquido	0,54	0,51

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		6.105	-	-	-	7.320	13.425
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,52%	59.659	64.703	359.870	402.983	31.484	918.699
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.418	2.933	(8.977)	-	-	(2.626)
Total		69.182	67.636	350.893	402.983	38.804	929.498

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2025	2024
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	10.859	8.671

Notas Explicativas

	Nota	2025	2024
Concessionárias e permissionárias	6	22.781	23.454
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	96.430	63.632
Instrumentos Financeiros derivativos		8.977	-

Risco de mercado: taxa de juros e de cambio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$604.647, onde R\$88.961 estão representados em moeda estrangeira conforme notas explicativas nº12 e 13.

Para os contratos suscetíveis às variações de moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 2024, cotado a R\$5,5024/USD (R\$6,1923/USD em 2024). A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2025 era de 10,12% enquanto em 31 de dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da Companhia apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	2025
Ativo não circulante	8.977
Total do ativo	8.977
Passivo Circulante	6.351
Total do passivo	6.351

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados às moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (moeda estrangeira)	Custo financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta ativa	Ponta passiva		
Resolução 4131 – Bocom BBM	16.223	USD + 5,22%	CDI + 0,73%	16/09/2027	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40 (IFRS 7), apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como *Fair Value Option*, vigentes em 2025 e 2024:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para <i>Fair Value Option</i>	86.000	-	Moeda Estrangeira	(88.976)	-
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira	88.976	-
Swap Cambial (Derivativo)	86.000	-	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(86.350)	-
			Posição Líquida Swap	2.626	-
			Posição Líquida Dívida + Swap	(86.350)	-

Notas Explicativas

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 2025 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº12 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da B3 (Taxas de Mercado para swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida no site do banco central.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(86.000)		(75.393)	(94.985)	(114.577)
Variação Dívida			10.607	(8.985)	(28.577)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta do Câmbio			
Instrumentos Financeiros Derivativos	88.976		78.369	97.961	117.553
Variação – USD e LIBOR			(10.607)	8.985	28.577
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(86.350)		(86.350)	(86.350)	(86.350)
Variação – Taxa de Juros CDI			-	-	-
Subtotal	2.626		(7.981)	11.611	31.203
Total Líquido	(83.374)		(83.374)	(83.374)	(83.374)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$83.374.

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na

Notas Explicativas

tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	96.430	Alta CDI	11.813	14.766	17.720
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(86.000)	Alta CDI	(10.535)	(13.169)	(15.803)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(397.693)	Alta TJLP	(36.548)	(45.685)	(54.822)
Subtotal (2)	(483.693)		(47.083)	(58.854)	(70.625)
Total -perdas (2)	(387.263)	-	(35.270)	(44.088)	(52.905)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 dezembro de 2025 e TJLP 9,19% ao ano.

(2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$120.954.

23. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2025:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	· Aposentadoria; · Benefício por invalidez; · Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$241 (R\$126 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LMTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2025	2024
Ativos	28	29
Total	28	29

Notas Explicativas

23.1 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as despesas operacionais com o plano de saúde foram de R\$52 (R\$58 em 2024).

	2025
(Ganhos)/Perdas atuariais - ORA	3
Valor das obrigações calculadas em 2025	3
Circulante	1
Não circulante	2

	2026
Custos dos juros	1
Total da despesa a ser reconhecida	1

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025
	UNIMED NACIONAL
VARIÁVEIS ECONÔMICAS	
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	7,27%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%
Taxa de Rotatividade	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%

Notas Explicativas

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado

24. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

- 1. Programa de Gestão Ambiental da Operação** – O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão LTs 500 kV Jurupari – Oriximiná C1 e C2 e LTs 230 kV Jurupari – Laranjal – Macapá
- 2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** – Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.
- 3. Gestão de Resíduos Sólidos** – o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.
- 4. Programa de Comunicação Social** – programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
LMTE	IBAMA	LO 1161/2013	12/06/2013	13/06/2025
LMTE	IBAMA	LO 1218/2014	19/06/2023	19/06/2029

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$ 3.478 (R\$ 2.499 em 2024).

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	133.958	175.564
Receita de margens da obrigação de performance da construção	7.455	811
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(4.653)	(3.670)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	1.120	8.020
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	11.734	8.020

26. Eventos subsequentes

26.2 Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$26.032.421,83, equivalentes a R\$ 0,039028345 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados a partir de 13 de março de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 12 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A
Cataguases - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 15.2 às demonstrações contábeis na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº10 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra o montante de R\$ 2.112.188 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG